

NOVO SECULAR DA EDUCAÇÃO

Márcia Rosa¹

RESUMO: As Unidades Escolares enfrentam um novo secular da educação. Percebendo que no processo de aprendizagem os alunos com maiores dificuldades eram melhores atendidos no dia a dia em sala para que pudessem ter condições de construir o seu próprio conhecimento. Vimos que os alunos com maiores habilidades ficavam sem apoio necessário para que pudessem progredir com toda a sua potencialidade do desenvolvimento provocando uma estagnação nos mesmos em detrimento da falta de atenção dispensada ao atendimento do grupo com mais dificuldades. Muitos alunos, em sua singularidade própria de aprender, muitas vezes são considerados hiperativos, quando na verdade são alunos com altas habilidades. Assim inovamos com a inclusão destes alunos que serão atendidos de maneira a propor condições apropriadas as suas condições peculiares de aprendizagem a fim de uma educação de qualidade para todos. *Revista Pedagogia Pátio, ano X-maio/julho 2006, nº 38.*

Palavras - chave: Pessoas com deficiência. Inclusão. Altas Habilidades.

ABSTRACT: The School Unit faces a new secular education. Realizing that in the learning process, the students with greater difficulty were better attended daily in the classroom, in order to be able to construct their own knowledge, we saw that the students with higher skills were left without the necessary support so that they could progress with all of its development potential, which causes a stagnation in them, to the detriment of the lack of attention given to the care of the group with more difficulties. Many students in their own uniqueness of learning are often considered hyperactive, when in fact, they are students with high skills. Thus we innovate with the inclusion of these students who will be assisted in order to propose appropriate conditions to their peculiar conditions of learning in order to propose a quality education for all. *Revista Pedagogia Pátio, year X-May / July 2006, nº 38.*

Key words: People with disabilities. Inclusion. High Abilities.

INTRODUÇÃO:

A escola como responsável pelo desenvolvimento do global e harmonioso do ser humano deve assumir a responsabilidade sobre o que torna público a respeito das expectativas intelectuais de cada aluno. Segundo METROW, Marsyl; tais informações acabam sendo internalizadas por toda a vida – positiva ou negativamente.

¹Graduada em Pedagogia e História e pós-graduada em Gestão Escolar e Psicopedagogia. Mestrado em Psicanálise, Educação e Saúde pela UNIDERC e Universidade Federal de Goiás.

O que são altas habilidades? Quem são os alunos com deficiência? Qual a Lei que regulamenta a inclusão escolar? Qual o papel do psicopedagogo no desenvolvimento desses alunos? Como é o cognitivo desses alunos com altas habilidades?

Faz-se necessário que as nossas escolas atendam alunos com deficiência onde os talentos emergem na medida em que as diferentes habilidades de uma pessoa são reconhecidas e apresentadas de forma criativa.

FUNDAMENTAÇÃO: ALTAS HABILIDADES

Segundo a secretaria de Educação Especial do ministério de Educação e Desportos, são considerados superdotadas e talentosas as pessoas que apresentam notável desempenho e/ou elevadas potencialidades em qualquer um dos seguintes aspectos isolados ou combinados:

- ✓ Capacidade intelectual superior;
- ✓ Aptidão acadêmica específica;
- ✓ Capacidade de liderança;

Talento especial para artes visuais, dramáticas e música;

- ✓ Capacidade psicomotora.

Cabe ressaltar que nem todos os alunos superdotados ou talentosos apresentam as mesmas características e habilidades.

O sistema regular de ensino, em classe comum, deverá assegurar a matrícula de todo e qualquer aluno, conforme legislação, organizando-se para o atendimento aos alunos com superdotação/altas habilidades.

A palavra “superdotação” vem da palavra “super homem”. O que nos propõe algumas capacidades como inteligência, criatividade, sócio afetiva.

Quando a inteligência pode ser linear, verbal, criativa (muitas vezes independentemente da inteligência como forma expressiva), sócio afetiva e motora.

No Brasil há cerca de 180 gênios, considerando-se um por milhão de habitantes. Portanto é necessário colocar força em cada um. Todas as pessoas que sobressaem em alguma atividade a educação tem que olhar, porém com um olhar mais aguçado.

A perseverança esta quase é a única forma que se vai conseguir, a observação deve ser continua e esta não termina (Ramos Ford e Gardner, 1991).

E outros estudiosos consideram a inteligência emocional relacionada ao trabalho intelectual e racional. Galeman; Antepoffa diz que a inteligência não pode ser considerada separada da personalidade total; Thorndike propõe a inteligência como abstrata ou conceitual, prática e social; Gardner apresenta a inteligência como : Múltiplas Inteligências que são o conjunto de habilidades que compreendem as inteligências. Embora haja todas estas competências, são raros aqueles que conseguem desenvolver os oito tipos de inteligência, são elas: Linguística; Lógica-matemática; Espacial; Corporal-cinestésica; Interpessoal; Intrapessoal; Naturalística; Musical.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Para ocorrer a uma nova prática pedagógica, tem-se por objetivo assumir sujeitos como protagonistas da história, responsáveis pela realização de grandes mudanças, para isso é necessário a garantia de política, física e material na realização desse novo plano em todos os momentos de discussão com ênfase na prática pedagógica.

Assumir os alunos como sujeitos praticantes da escola como uma das bases, implica defender uma visão otimista. Considerar a diversidade de saberes e práticas cotidianas existentes e realizar teoria em permanente movimento de atualização.

A educação “especial” é de grande importância e tem sido discutida em âmbito nacional e internacional. Diversos autores tem se preocupado com o estudo pedagógico, metodológico, com a definição e conceituação dessa área.

Mazzota (1996, p.11) define a educação especial como [...] “a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens”.

Segundo esse mesmo autor, os alunos com deficiência podem ter apoio de um conjunto de recursos e serviços organizados de modo a garantir a apropriação dos conteúdos escolares formais. A natureza dos serviços fornecidos ao aluno com deficiência deve ser diferenciada e deve ter como objetivo o atendimento e sua promoção.

No campo de atuação profissional, a educação especial estrutura-se diante da demanda de serviços que atendem a clientela considerada deficiente e, dentre outras, da

constatação das peculiaridades nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dessa população.

É considerado pessoa com necessidade especial:

- autista;
- deficiente auditivo;
- deficiente mental;
- deficiente visual;
- deficiente físico;
- superdotado/altas habilidades;
- Aluno com dificuldade de aprendizagem.

A LEI DE DIRETRIZES E BASES: A GARANTIA DA INCLUSÃO ESCOLAR

A Lei 9.394/96 estabelece a educação especial como uma modalidade da educação escolar que deve situar preferencialmente na rede regular de ensino; determina a existência quando necessária de apoio especializado; prevê o recurso em classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração; e estabelece que na sua oferta dar-se-á a partir da educação infantil.

“[...] Dentro da Lei diretrizes da Educação Nacional (9.394/96), a educação especial ganha um capítulo compondo-se em 3 artigos. A nova LDB avança na ampliação do atendimento, pela rede regular de ensino, as crianças com deficiências, ampliando a responsabilidade do ensino público.

No entanto se o atendimento na rede regular de ensino para crianças com deficiência na aprendizagem não passar pela melhoria da qualidade e da capacitação de profissionais, tanto de classes especiais como das regulares, manterá o texto da lei como carta de intenções.

No estado de São Paulo, a educação de alunos com deficiência se desenvolve de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Estadual de Educação por intermédio da Deliberação número 05/00, com fundamento na Lei Federal nº 9.394/96, artigo 58 parágrafos 1º e 12º, inciso 23 da Lei Estadual nº 10.403/71 e na Indicação CEE nº 12/99, tendo a inclusão como ideário para a educação dos alunos que apresentam deficiência na educação básica no sistema estadual de ensino.

Apesar de inúmeros erros e preconceitos, precisamos construir uma visão mais concreta da pessoa com deficiência, acreditando em seu potencial, garantindo a ela um

espaço para seu pleno desenvolvimento como pessoa e abrindo portas da sociedade para o movimento da inclusão.

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NO ESPAÇO ESCOLAR

O psicopedagogo e a equipe escolar terão nas escolas um duplo papel: Rever e reconstruir o espaço escolar e, juntamente com o psicólogo, analisar as questões de ansiedade, a capacidade de perceber a realidade e/ou o uso de mecanismo de defesa dos quais, nesta situação, o mais comum é a rejeição. Venha-a revestida de abandono ou de superproteção.

Mais especificamente a contribuição do psicopedagogo escolar na inclusão seria de (MASINI,2003):

- ✓ Oferecer condições a participação no meio social em que vive;
- ✓ Partir do que o aluno dispõe e atender as suas necessidades para aprender pensando, elaborando e decidindo;
- ✓ Avaliar possibilidade e dificuldades do aprendiz;
- ✓ O que compreende e o que não compreende;
- ✓ Habilidades e operações nas áreas do conhecimento;
- ✓ Recursos que propiciam organização e elaboração do ensino;
- ✓ Recursos para desenvolver habilidades e operações.

Fundamentar e ilustrar a importância de: avaliar continuamente, propiciando ao aluno oportunidade de refazer atividades e compreender o que errou.

O COGNITIVO DO ALUNO COM ALTAS HABILIDADES

A preocupação em reconhecer sinais nas crianças com potencial acima da média (qual é a média?), quando muitas vezes ela apresenta sinais notáveis de capacidade e em outros não.

As crianças que apresentam dificuldades podem estar dentro da trajetória de um aluno com altas habilidades e, o professor com olhos mais atentos sem diferenciá-los, proporcionar plano coerente que atenda esse aluno, até porque nos anos iniciais é que se

afunilam os alunos com dificuldades e mais fáceis de serem observados pelas estratégias mais utilizadas para responderem as necessidades.

Segundo Guenther (2006), esses alunos devem ser invisíveis na sala de aula, o professor deve estar estruturado, embasado em sua experiência para direcionar o seu processo educacional. Como educador e com o portfólio do aluno, onde os registros são realizados diariamente sob os olhos do professor, ele tenha condições de chegar até um dado mais específico sem saber quem é essa criança com alta habilidade.

Carretero e Leon (2004), o desenvolvimento cognitivo na adolescência, no período das operações formais, o indivíduo pode atingir o último estágio do desenvolvimento cognitivo. Depois dessa fase não há mais progressos qualitativos, mas o conteúdo e a função da inteligência podem progredir. Isso significa que mesmo a forma de pensar atinja seu patamar mais alto, podendo aparecer progresso quantitativos, os quais vão diferenciar quanto ao grau de conhecimento.

A forma de pensar de um rapaz que tem uma escolaridade rudimentar e de um rapaz que cursa uma boa universidade são as mesmas, mas o rapaz universitário terá com certeza maiores conhecimentos formalizados.

Os aspectos cognitivos do adolescente é a constatação de todas as pessoas normais que tenham potenciais, mas nem todos os adolescentes e adultos desenvolvem plenamente as operações formais. Isso vai depender de vários fatores, entre eles, as características biológicas e o tipo de ambiente em que vivem.

METODOLOGIA

Esse estudo fez-se por algumas referências bibliográficas que ofereceu as respostas das questões acima.

Sendo necessário ler e selecionar o que realmente bastasse para a curiosidade que muito nos incomoda, quando nos deparamos com queixas de professores pela ociosidade dos alunos, desinteresse e indisciplina dos alunos com altas habilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento que sempre nos dispomos a oferecer a quem mais necessita de apoio, acreditando ser o aluno com dificuldade e, por fim, clarear quem mais

precisava é quem mais aprende; o aluno com altas habilidades; inovamos implantando esse atendimento à inclusão, visando atender os alunos com deficiência, concomitante ao ensino fundamental de nove anos.

Diante desse novo motete educacional faz se necessário atentar para propostas pedagógicas, organização do tempo do professor e mais constância na busca de qualidade para todos os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTIPOFF, Helena. **A educação do bem dotado**. vol V. SENAI. Rio de Janeiro, 1992.

ANTUNES, C. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. 2ª edição fascículo, 8ª edição Vozes. Petrópolis, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

KIRK, S.A. GALLAGHER, J.J. **A Educação da criança excepcional**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2002.

MARTURANA, H. **Formação humana e capacitação**. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis RJ: Vozes 2000.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas publicam**. São Paulo: Cortez, 1996.

Revista Pedagógica Pátio – ano X – Maio/Julho 2006, nº 38.

SCHMELKES, Sylvia. **Qualidade da Educação Básica: módulo I ao XII**. Curso de Atualização Profissional. Disponível em: WWW.educoas.org/portal. Acesso em: 20/02/2007.

SHALOC, R.I. **Uma nova maneira de pensar a respeito das deficiências e sua avaliação**. Conferencia no Congresso Nacional das APAEs, São Paulo, 1999.

SIDNEY, J.L.J. **Inclusão Escolar**. Disponível em <http://www.sac.org.br/>. Acesso em: 20/02/2007.

VIRGOLIM, Ângela. **Enriquecimento escolar em salas de aula regular e de recursos para alunos com altas habilidades/superdotação: uma perspectiva inclusiva**. 2008.